



ENTREVISTA CENSO 2022 – AGSN E ENTORNO

09/03/2023

Entrevista com a equipe de Aglomerados Subnormais – AGSN e Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios no Censo 2022 - Gerência de Pesquisas e Classificações Territoriais - GPET/CGEO/DGC/IBGE.

Participaram da entrevista: Maikon Roberth de Novaes, geógrafo com mestrado em geoprocessamento pelo INPE e gerente de Pesquisas e Classificações Territoriais; Filipe Borsani, geógrafo e mestrando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal Fluminense - UFF, supervisor responsável pelo acompanhamento da Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios no Censo 2022 na GPET; Jaison Luis Cervi, geógrafo com mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE, supervisor responsável pelo acompanhamento da operação junto aos Aglomerados Subnormais; Laura Cristina Dalto Cardoso, analista censitária graduada em engenharia química e analista em métodos quantitativos, e Iury Cesar Coutinho Fernandes, analista censitário com formação em oceanografia e analista em geoprocessamento.

1ª - O que define o recorte Aglomerados Subnormais no IBGE e, historicamente, em que momento o IBGE entendeu que seria importante construir esse recorte diferenciado para levantamento de dados?

Maikon de Novaes – Aglomerado Subnormal é um recorte territorial definido pelo IBGE em que se conta um mínimo de 51 domicílios contíguos, caracterizados pela precariedade urbanística de sua localização e pela ausência de titularidade de posse da terra ou inscrição de ocupação do solo. Portanto, esses são os parâmetros para que se atribua a denominação Aglomerados Subnormais a setores censitários.

Jaison Cervi – Além das duas condições necessárias para que um setor censitário seja classificado como pertencente a um aglomerado subnormal, citadas anteriormente, há três características que também deverão estar presentes – pelo menos uma delas: a falta de arruamento e endereçamento dos domicílios, a ausência de serviços públicos e estarem em espaços não edificantes como áreas de mangue, por exemplo, ou encostas com inclinação acima de 45°, topos de morros, áreas de dunas, etc.

2ª Historicamente, quando o IBGE passou a trabalhar com esses recortes? E como esse levantamento evoluiu?

Maikon de Novaes – Na década de 1970 houve uma pesquisa sobre favelas, restrita ao Rio de Janeiro. Ao longo da década de 1980 o IBGE promoveu reuniões de especialistas em que se definiu o conceito de Aglomerados Subnormais e, a partir do Censo de 1990 (que foi feito em 1991), foi realizada a coleta em áreas de Aglomerados Subnormais. A partir do Censo de 2010 houve uma melhor sistematização do conceito, com a incorporação de parâmetros mais objetivos, uso de imagens de satélite, com varreduras constantes, para a identificação de áreas, e difusão do conceito através de treinamento das equipes estaduais. Com tudo isso, houve um avanço significativo com a melhoria na classificação dos Aglomerados Subnormais. Chegamos ao Censo 2022 com todos esses ganhos e somou-se a isso o fato de que o IBGE conseguiu capilarizar a metodologia de classificação para a ponta do nosso sistema, que são as agências. O resultado foi o aumento da classificação de áreas com a tipologia de Aglomerados Subnormais, que quase dobrou, se comparado ao número dessas áreas no Censo 2010.

3ª O que caracteriza a Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios?

Filipe Borsani – É uma pesquisa que está inserida no contexto do Censo. Ela é a primeira operação que acontece no Censo e ocorre antes da aplicação do questionário nos domicílios. É efetuada pelos supervisores censitários, que procedem ao reconhecimento dos setores que irão supervisionar, antes que os recenseadores passem a percorrer esses setores. Assim, a pesquisa busca justamente aproveitar o fato de que os supervisores de todo o país terão que percorrer os setores censitários que deverão supervisionar, antes que a operação junto aos domicílios tenha início, e atribuir a eles a tarefa de observarem seus setores e responderem algumas questões sobre equipamentos e condições urbanas deles. A ideia é pesquisar a infraestrutura das cidades em relação a alguns temas. Acessibilidade universal, circulação de veículos (condições de), capacidade de escoamento das águas pluviais e outros equipamentos, como ciclovias, por exemplo. Ou seja, equipamentos que tornam a vida das pessoas nas cidades mais fácil. Porque o questionário do Censo vai aos domicílios e pergunta às pessoas sobre algumas das condições em que elas vivem em suas casas. A pesquisa do entorno busca saber como estão as condições no lado de fora dos domicílios, em seu entorno.

Jaison Cervi – É importante destacar que a unidade de observação na pesquisa do entorno é a face dos logradouros. O entorno pesquisa dez elementos urbanísticos na face do logradouro, divididos em três blocos: um bloco que analisa a face do logradouro propriamente dita que, numa terminologia do senso comum, poderia ser definida como aquilo que se encontra entre duas esquinas; analisa a face confrontante, que é o que está no lado oposto à face do logradouro; e o canteiro central, se houver; o segundo bloco investiga somente a calçada, sendo a primeira questão haver ou não calçada; em havendo, investiga-se se ela possui obstáculos e se possui rampa para

cadeirantes; por fim, o terceiro bloco investiga a face e o canteiro central para saber se possuem arborização.

4ª Que expectativas a equipe tem, em termos de contribuição, em relação à Pesquisa do Entorno Urbanístico dos Domicílios?

Filipe Borsani – O IBGE gera dados que nos permitem conhecer sobre as pessoas e suas moradias. A pesquisa do entorno nos permite saber como estão as calçadas e vias públicas, principalmente das cidades, como estão os espaços externos aos domicílios. Com isso, o poder público pode atuar onde os problemas existem, porque a pesquisa do entorno mostra isso, onde estão esses problemas, onde é preciso atuar, e não apenas o poder público, também a iniciativa privada pode se beneficiar da pesquisa do entorno. Portanto, a expectativa é que, no futuro, o poder público possa se fazer presente, através do Ministério das Cidades, das prefeituras e outros órgãos. Inclusive, nossa preocupação foi divulgar os dados na escala mais precisa possível, justamente para localizar os problemas urbanísticos.

Maikon de Novaes – A pesquisa do entorno pode trazer contribuições em diversas escalas, dependendo, é claro, da qualidade que vamos conseguir atingir na coleta. Numa escala de menos detalhes será possível a comparação entre diferentes cidades e diferentes regiões, trazendo informações sobre iluminação pública ou condições do calçamento, num nível de macroplanejamento. Num nível de maior detalhe, se pudermos divulgar os dados por setor censitário e, possivelmente, até mesmo por face, ou por área, portanto um recorte ainda menor que o setor censitário, isso permitiria o planejamento de políticas públicas no nível de cada município, o que significa diminuir distorções e desigualdades entre áreas de uma mesma cidade. Além disso, está colocada a possibilidade de divulgarmos essas desigualdades, em termos de infraestrutura urbana, por gênero, por raça, por renda, enfim, é um debate que ainda vamos desenvolver dentro da equipe, mas a possibilidade dessas divulgações está colocada.

5ª Comparando a pesquisa que foi feita no Censo 2010, que foi a LIT – Levantamento de Informações Territoriais – com a pesquisa do Entorno, no Censo 2022, no âmbito dos Aglomerados Subnormais, quais são os principais ganhos?

Jaison Cervi – A primeira observação a ser feita é que a pesquisa do Entorno está muito ligada à questão da mobilidade urbana. Ela pode ser dividida em dois blocos: um que busca captar aspectos da mobilidade urbana e outro que trata das amenidades. Essa última inclui arborização, presença de iluminação e presença de escoamento para águas pluviais. Em relação à mobilidade são oito

itens pesquisados, como a capacidade de circulação da via, pavimentação da via, presença de calçadas e rampas de acesso, frequência dos pontos de ônibus, presença de ciclovias, etc. Esse é um aspecto importante da pesquisa do Entorno. Ela busca detectar as facilidades ou dificuldades para a circulação urbana.

Filipe Borsani – Complementando esse aspecto que foi colocado, é importante lembrar que, no Censo 2010, a pesquisa do LIT acontecia apenas nos Aglomerados. Os setores censitários fora de Aglomerados, ou seja, no restante da cidade, foram pesquisados através do Entorno. Então, a primeira vantagem no Censo 2022 é tornar os dados comparáveis, porque a pesquisa é a mesma nos dois espaços urbanos. Essa comparabilidade não foi possível nos dados de 2010. Agora, aplicamos a mesma pesquisa entre os dois espaços da cidade, eles estão sendo analisados de um mesmo ponto de vista.

Laura Cardoso – Um ponto que eu gostaria de destacar é que em 2010 nós tivemos a primeira edição dessa pesquisa, e ela veio em duas frentes: uma que era dedicada às favelas e comunidades – a LIT, e outra que foi realizada no asfalto, como costumamos dizer. Eram dois questionários diferentes. O entorno de agora, 2022, teve uma certa redução no número de perguntas, e isso é uma perda, em parte relacionada à restrição orçamentária, mas, por outro lado, é possível perceber uma melhora no controle da qualidade e no refinamento do dado. Também há um controle mais apurado no treinamento, com uma preocupação de que ele chegue em toda a cadeia de treinamento, desembocando numa coleta com mais qualidade, melhor entendimento dos conceitos, etc. Houve alguns quesitos que passaram por pequenas mudanças metodológicas, para que pudesse haver maior refinamento do dado.

Maikon de Novaes – Apenas para ressaltar, a LIT tinha mais perguntas, era uma pesquisa mais detalhada. Mas só era aplicada em Aglomerados Subnormais, e não eram todos a nível nacional, e outras áreas selecionadas, que poderiam ou não ser aglomerados subnormais. Portanto, a LIT era uma pesquisa mais detalhada, para um universo pequeno, e não poderia ser comparada aos dados da pesquisa do entorno. Também em 2010 havia a pesquisa do entorno, que era aplicada em alguns aglomerados subnormais. Eram muito poucos os aglomerados subnormais que recebiam a pesquisa do entorno, por limitações da base cartográfica. Por outro lado, em 2022, com a unificação das duas pesquisas, a LIT e o Entorno, numa só, nomeada Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios, passamos a ter uma universalização da pesquisa, para todo o território, em todas as tipologias de áreas urbanas. Além disso, a pesquisa avança para áreas periurbanas, onde temos áreas com características urbanas em setores rurais.

Filipe Borsani – É preciso destacar que houve a redução das perguntas e sentimos que teria sido importante poder manter as perguntas que existiam. Porque a pressão pela redução argumentou com a questão do tempo, relacionando o tempo gasto na pesquisa com o número de perguntas. Foi possível, ao longo da operação do Censo, demonstrar que, o número de perguntas não era responsável por maior gasto de tempo, mas sim o tamanho da face. Então, há uma certa frustração, porque poderíamos sim, ter mantido o número original de perguntas.

Jaison Cervi – Concordo com o que foi colocado pelo Maikon e pelo Filipe, no sentido de que houve redução na pesquisa. Na LIT havia quesitos referentes às condições do sítio, como inclinação da via, que é importante para obter informações sobre deslizamentos e movimentos de encostas. Uma questão que está presente no manual de treinamento da Pesquisa do Entorno é que ela pretende contribuir com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, uma iniciativa da ONU. E, mais especificamente, com o ODS 11, que é sobre cidades e que propõe tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. O objetivo da Pesquisa do Entorno é coletar dados de infraestrutura urbanística relativos a acessibilidade universal, como circulação de pessoas e veículos, drenagem pluvial e equipamentos do espaço urbano. Também é importante salientar que a Pesquisa do Entorno não faz perguntas às pessoas, ela não entrevista. Ela é fruto da observação do Supervisor, que foi treinado para isso, para reconhecer equipamentos urbanísticos. Esse é um aspecto muito importante da pesquisa. Por último, é importante destacar que houve muito empenho da equipe no aperfeiçoamento do treinamento para a Pesquisa do Entorno, principalmente na produção de material para Educação à Distância -EAD, uso de imagens que contemplavam áreas já conhecidas pelos supervisores, para que pudessem fazer o reconhecimento dos quesitos em áreas familiares. Há um consenso na equipe de que o treinamento da Pesquisa do Entorno ofereceu inovações e foi um fator diferencial.

Filipe Borsani - Também gostaria de destacar mais duas inovações. A pesquisa teve supervisão, e estamos fazendo revisão no fechamento dos municípios. Então, o dado vem com uma precisão ainda maior.

Maikon de Novaes – A supervisão está acontecendo em toda a operação do Censo, o que não aconteceu em 2010. E é uma supervisão em alto nível, porque ocorre em tempo real, durante a própria operação.

Sobre a questão do quantitativo de perguntas é importante destacar que, durante as provas piloto, a equipe levou para campo uma relação de vinte e três quesitos. Isso porque estávamos fazendo a junção de duas pesquisas, e ainda havia tempo de testar o entendimento e o nível de subjetividade de cada quesito. Após as duas etapas de teste, pudemos identificar que alguns quesitos

apresentavam vulnerabilidades, traziam muitas dúvidas e respostas aleatórias. Com isso, a equipe técnica resolveu cortar alguns quesitos e preparamos uma proposta de defesa da manutenção de quinze quesitos na pesquisa, incluindo quesitos muito importantes como, por exemplo, a existência de travessia de pedestres, que não apresentou nada de subjetivo nas respostas, ao contrário de coleta de lixo, que se mostrou um pouco problemático. No entanto, por ordem da presidência, posteriormente, houve o corte e a observação foi limitada a dez quesitos, mantendo o mesmo quantitativo de 2010. Uma vez que havíamos trazido novas visões da pesquisa, buscando harmonizar com demandas atuais da sociedade, tivemos que fazer opções e entramos num debate sobre o que seria mais importante. Por exemplo, tivemos que escolher entre “presença de meio fio” e “existência de ciclovia”. Portanto, permaneceram dez quesitos, mas, não foram os mesmos de 2010.

Filipe Borsani – Apenas para complementar, gostaria de exemplificar com um quesito que tivemos que remover, e que é muito importante para os Aglomerados Subnormais, no mundo atual, onde há muitas entregas em domicílio, que é o quesito de “sinalização do nome da rua”, a presença da placa com o nome da rua. Nas favelas e comunidades esse é um quesito muito importante, e muitas vezes ausente. O que implica em mais uma ausência de equipamento urbano básico para que a população possa ter acesso a serviços importantes, principalmente em tempos de pandemia. Só para termos uma ideia do que poderia ter sido e não será. O esgoto a céu aberto é outro quesito que debatemos muito, para ver a melhor forma de abordar, mas também nos vimos obrigados a retirar da pesquisa.

É justamente um aspecto que diferencia os Aglomerados Subnormais do restante da cidade, e que acabamos perdendo.

6ª Na operação do Censo, durante a Pesquisa do Entorno, foi possível identificar quesitos que teriam sido importantes incluir nessa pesquisa e que não foram?

Maikon de Novaes – Penso que todos nós mudamos muito de ideia. Todos nós pensamos que os quesitos que saíram da pesquisa eram importantes. O que trouxe maior reflexão, uma vez que fizemos testes em ambientes controlados, é que na hora da pesquisa em todo o território, com grande heterogeneidade, alguns quesitos trazem maior dificuldade e algum grau de respostas inesperadas do que outros. Um exemplo disso é o quesito sobre calçadas. Por mais óbvio que pareça ser, calçadas, se existe ou não existe, se tem ou não obstáculos, ainda traz um quantitativo de dúvidas considerável. Capacidade da via, também trouxe muitos problemas. Apenas dizer se permite trânsito de carros ou caminhões e, por mais que tentássemos estabelecer uma referência quanto ao caminhão, exemplificando com caminhão de bombeiros ou ambulância, isso, na prática, não foi tão fácil diferenciar. A inclusão de quesitos relacionados à questão do risco ambiental, desde

a experiência com a LIT, em 2009, já havia sido detectada que seria muito difícil pela questão da escala. Características de configuração do sítio urbano eram baseadas em setor censitário e, portanto, não cabem numa pesquisa que descreve face de logradouro. São informações muito importantes, mas creio que existem outras métricas mais adequadas para captar essa informação, como o sensoriamento remoto, por exemplo. Quanto aos quesitos que, de fato, deveriam ter constado da pesquisa, já foram aqui abordados, como a travessia de pedestres e a existência de identificação de logradouro. Eu, particularmente, senti falta do item sobre a coleta de lixo. Apesar de, nos testes, ser uma das perguntas mais difíceis de delimitar metodologicamente. Para os próximos Censos, nós pensamos em consultar especialistas que nos ajudem a definir metodologias mais eficientes.

Laura Cardoso – Outro quesito que poderia ser pesquisado seria a presença de esgoto a céu aberto, ou vala aberta. É uma coisa de observação relativamente fácil e que tem um impacto muito grande para a população, e presença mais significativa em Aglomerados Subnormais e áreas sensíveis. Além disso nós observamos que em muitos lugares acontecia a confusão entre o que é uma valeta e o que é um bueiro. Então, se adicionássemos esse item, talvez diminuísse essa confusão, porque a pessoa que está lá, fazendo a coleta do dado, iria perceber, mais facilmente, que se trata de duas coisas diferentes.

Maikon de Novaes – A valeta estava na pesquisa inicial. Tínhamos o escoamento superficial (a valeta) e o escoamento subsuperficial (o bueiro). E tivemos que excluir uma, então excluímos o escoamento superficial.

Jaison Cervi - Convém salientar que essa pesquisa treinou pessoas de todo o Brasil. E existem muitas diferenças e situações peculiares. Belém, por exemplo, em função da grande frequência de chuvas, todas as ruas têm valeta. Mesmo as ruas do centro da cidade, todas têm valeta, para o escoamento da chuva. Então, a mesma rua tem o escoamento superficial e o escoamento subsuperficial. Voltando ao que faltou, temos que mencionar a presença de lixeiras públicas. Mas considero que, no que diz respeito a mobilidade urbana e acessibilidade, a pesquisa é bastante completa.

7^a - De que forma o corte de verbas impactou a qualidade da operação do Censo?

Filipe Borsani – O período exclusivo da Pesquisa do Entorno era para durar uns três meses, e acontecer na pré-coleta. Dessa forma o supervisor teria bastante tempo para conhecer todo o seu setor e fazer o Entorno. E o que tivemos foram três semanas exclusivas para a Pesquisa do Entorno.

Com isso, houve muitos setores que não foram pesquisados e foram jogados para o final do período do Censo, alguns foram feitos durante o Censo, e isso tudo impacta na qualidade da pesquisa. Até porque tudo o que foi feito nas três semanas foi muito corrido. Há impacto na qualidade e também na quantidade, porque muitos setores ficaram atrasados. Mas, é preciso fazer um destaque. A pré-coleta cobriu 90%, talvez um pouco mais, do total da Pesquisa do Entorno. O impacto de que estamos falando aqui corresponde a, no máximo, 10% do nosso universo. Ou seja, a qualidade dos resultados da pesquisa é plenamente satisfatória.

Jaison Cervi – Tanto é verdade o que o Filipe está mencionando que a pesquisa deveria ter iniciado em vinte de junho e terminado em doze de julho. Estendemos a pesquisa até vinte de julho e depois até trinta e um de julho, e ainda assim houve municípios que não conseguiram terminar a pesquisa e ficou para o Entorno pós-coleta. Se ao invés daquele período de três semanas tivéssemos, desde o início, pelo menos um mês e meio, seria o ideal, inclusive para melhorar a qualidade da supervisão, na medida em que, os próprios agentes supervisores estavam envolvidos no treinamento e, por isso, deixavam a desejar. Eles tinham que fazer a pesquisa do Entorno e, ao mesmo tempo, dar treinamento para os recenseadores. Outra dificuldade foi que, quando pensamos a pesquisa, a expectativa era de que cada município contaria com um agente censitário municipal, que seria o supervisor da coleta dos agentes censitários supervisores. O que se viu, na prática, é que muitas vezes um agente censitário municipal ficou responsável por vários municípios. Isso dificultou sensivelmente o trabalho da supervisão, ainda que a supervisão muitas vezes fosse feita em escritório.

Laura Cardoso – Eu adicionaria também o impacto dos custos para acesso a setores distantes e também a municípios distantes, no caso em que o agente censitário municipal não está no município em que ele tem que fazer a pesquisa. Como houve restrições orçamentárias, muitas vezes as Superintendências Estaduais não tinham recursos para o deslocamento desses agentes. Para isso ser feito de uma forma mais eficiente, a pesquisa do Entorno não foi feita no período exclusivo e foi jogada para o período da operação do Censo, quando o agente já teria que se deslocar para o censo domiciliar, o que configuraria um único gasto de deslocamento. Isso impacta a pesquisa porque, nos municípios mais distantes, não foi feita no período exclusivo, deixou de ser feito o reconhecimento prévio do setor e a pesquisa foi feita de forma mais acelerada.

Maikon de Novaes – Acaba que o supervisor, por não ter tido um tempo hábil, uma vez que a ideia não era só que ele fizesse a coleta da pesquisa do Entorno, mas, também, que ele pudesse fazer um bom reconhecimento do setor para fazer uma boa entrada e fazer uma boa gestão da equipe no território, mas isso se perde. Como o tempo é mais curto, ele deixou muitos setores para fazer a pesquisa junto da coleta ou depois da coleta do Censo, o que faz com que se perca o sentido. Porque ele não faz a entrada. E uma coisa que precisa ser mencionada é que o recenseador passa

muito mais tempo no setor do que o supervisor. O recenseador conhece muito mais o setor. Isso gerou uma demanda não esperada, porque o recenseador identifica novas faces, que deveriam ter sido identificadas pelo supervisor na fase pré-coleta do Censo. O período muito curto da pré-coleta, e o reduzido número de supervisores causaram esse tipo de problema. Talvez até tivéssemos gastado menos se tivéssemos evitado tantas idas e vindas.

Filipe Borsani – Complementando o que a Laura mencionou sobre a questão do transporte até o setor, que ficou prejudicada. Quando o setor é muito grande para cobrir a pé, nesses casos, a falta de um carro para que o recenseador possa percorrer toda a extensão do setor prejudica muito o trabalho, fazendo com que o agente precise de mais tempo para cobrir um único setor. Junte-se a isso a questão da segurança, com a ocorrência de situações perigosas. Eu mesmo vivi uma situação em que a rua em que estávamos fazendo coleta tinha um pit bull solto. Nós pudemos fazer a coleta porque estávamos em um carro. A pé teria sido impossível. Portanto, o orçamento reduzido impacta nesses aspectos

também, porque não pudemos dispor de todos os carros que precisaríamos para cobrir setores com faces muito longas e também setores em áreas periurbanas.

8ª - É possível dizer que houve ganhos para a Pesquisa do Entorno na operação do Censo 2022?

Maikon de Novaes – Era um dos objetivos da Pesquisa, desde o início, garantir a cobertura da coleta, como uma etapa anterior. Ainda que em algumas situações o tempo foi muito curto, como regra, garantimos o objetivo de favorecimento para a coleta domiciliar do Censo.

Filipe Borsani – Eu diria que a supervisão foi um ganho nessa pesquisa de 2022. O helpdesk, em que conseguimos tirar dúvidas em tempo real. Os coordenadores técnicos e suas equipes colocavam suas dúvidas e nós, aqui na sede, tirávamos as dúvidas, respondendo imediatamente, mas também elaborando notas técnicas, quando aparecia uma dúvida mais geral. Realmente foi muito importante para solucionar questões de forma rápida. Apenas para confirmar o que o Jaison já mencionou sobre como nosso treinamento foi bom, raramente apareceram dúvidas, no helpdesk, sobre os quesitos da pesquisa do Entorno. Geralmente as dúvidas eram sobre a operação do Entorno como um todo.

Maikon de Novaes – Como toda operação tem sua fase inicial, como toda fase inicial tem seus problemas que ninguém espera, a fase preliminar da coleta do Entorno, como a própria pesquisa é uma fase preliminar, ela acaba sendo uma etapa de amortecimento. Porque todos os problemas

que poderiam acontecer para o Censo como um todo, em sistemas, em logística, em recebimento de materiais, etapas que foram, em tese, pensadas e testadas anteriormente, mas que, na prática, sempre vão dar problemas, aconteceram na coleta do Entorno. O Entorno é o carro abre alas do Censo. Descobrimos problemas, na Pesquisa do Entorno, o que protegeu o início da coleta do Censo de maiores impactos.

Filipe Borsani - Só para dar um exemplo, o SIGC, na primeira fase do Entorno, estava dando muitos problemas. Eu estava no Mato Grosso, e nós tínhamos que acessar à noite, ou na hora do almoço, quando havia menos acessos. Com isso, pudemos alertar para esse problema e, quando começou a coleta domiciliar, esse problema já estava resolvido.

9ª - Quais são os ganhos da operação do Censo nos Aglomerados Subnormais, se comparado com o Censo 2010?

Jaison Cervi – O primeiro grande ganho é o georreferenciamento dos domicílios. Ele nos levou espacialmente para outro nível. O segundo grande ganho é que naquelas áreas onde a coleta do Entorno havia sido feita de forma padrão, com o supervisor ordenando as faces, fazendo tracking e tudo o que tinha que ser feito, o Censo foi muito melhor, porque ele organizou os setores dos Aglomerados Subnormais. No percurso do supervisor pelas faces dos logradouros foram organizados os logradouros, onde depois seriam incluídos os endereços georreferenciados. Então, nós tivemos não apenas os endereços georreferenciados, mas os logradouros georreferenciados também, o que facilitou muito a operação depois. O Entorno, além de levantar as informações de cada face de quadra, ele também atualizava as faces de quadra. E nos Aglomerados Subnormais, onde o arruamento é imperfeito, onde a numeração dos domicílios não existe, essa organização do setor, nos locais em que ela foi feita realmente, significou um ganho de qualidade enorme para a coleta do Censo. Esse é o grande ganho em relação à operação em 2010.

Maikon de Novaes - É preciso esclarecer que em 2010 já existia georreferenciamento dos endereços, já existia faces em Aglomerados Subnormais. O que aconteceu é que, na época, existiam poucos insumos que permitissem um mapeamento e uma melhoria da base cartográfica em Aglomerados Subnormais, devido ao arruamento também. Era difícil representar isso em gabinete, os equipamentos, na época, falhavam na hora do *tracking*. Em alguns Aglomerados não houve a fase da pré-coleta. Então, em relação a 2010, o que acontece é uma melhoria da base cartográfica, uma melhoria da cobertura dos endereços, e sucessivamente temos o monitoramento da coleta em tempo real em todo o território, inclusive nos Aglomerados Subnormais. Fica nítido, visível, todo o percurso que o recenseador fez. Esse é um ganho para todo o Censo. E uma coisa que deve ser acrescentada é que a equipe como um todo se envolveu mais com a coleta,

participando do treinamento, dos testes etc., coisa que não tinha acontecido no Censo passado, nós sentimos a necessidade de estabelecer um protocolo, com orientações, um manual específico para a coleta e supervisão em AGSN. Isso foi uma inovação a parte do treinamento. E o uso dos adesivos como controle da coleta nos AGSN. Outro aspecto a ser destacado é a melhoria na qualidade da coleta. Estamos percebendo um aumento de moradores ausentes nos AGSN, de domicílios vagos e de uso ocasional. O monitoramento online da coleta permite corrigir possível erro, porque não se espera a ocorrência significativa de domicílios vagos em AGSN, por exemplo. Então, é possível fazer a verificação desse dado. Outro aspecto que precisa ser destacado é que a malha censitária é atualizada sistematicamente, mas isso não quer dizer que as pesquisas incorporem essas atualizações plenamente. Mas o Censo necessariamente faz isso. Ele varre e atualiza de forma integral todas essas áreas. A BIOS – Base de Informações Operacionais dos Setores – nos permitiu organizar um banco de dados de contatos, em AGSN, onde poderíamos ter algum tipo de dificuldade de acesso, por restrição de segurança. Então foi registrado nesse banco o próprio conhecimento de servidores do IBGE. Também foram registrados contatos, com entidades e instituições e esperamos que ele seja utilizado em operações futuras.